

RELATÓRIO DE PESQUISA

SETEMBRO | 2020

Núcleo de Pesquisa em Tributação

Coordenação: Vanessa Rahal Canado

Pesquisa: Transações Tributárias

Responsáveis Técnicos:

Daniel Zugman
Frederico Bastos
Leonardo Alvim

Insper

A União é o maior litigante do país e as execuções fiscais são o maior gargalo do Poder Judiciário¹.

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) vem instituindo mecanismos consensuais que propiciem redução do estoque de processos e maior celeridade na arrecadação.

Com o Código de Processo Civil de 2015, que privilegiou a autocomposição das partes², ganhou notoriedade o negócio jurídico processual (“NJP”), cuja aplicação em processos tributários é respaldada por normativos da PGFN³.

Mais recentemente, por meio da Lei nº 13.988/2020 e da Portaria PGFN nº 9.917/2020, regulamentou-se o previsto no artigo 171 do Código Tributário Nacional, prevendo a possibilidade de transações envolvendo créditos da União Federal.

A respectiva norma, determina a observância do princípio da transparência, pela divulgação em meio eletrônico de todos os termos de transação celebrados, com informações que viabilizem o atendimento do princípio da isonomia, resguardadas as legalmente protegidas por sigilo.

Nesse contexto, o Núcleo de Pesquisa em Tributação do Insper tem monitorado as transações tributárias celebradas pela PGFN e os contribuintes, de modo a levantar e publicar dados sobre o perfil, características e os termos das transações pactuadas.

Trimestralmente, o relatório será atualizado com as transações que forem divulgadas no site da PGFN, conforme calendário abaixo:

Atualizações do Banco de Dados
Março
Junho
Setembro
Dezembro

Até o momento, foram divulgadas 9 transações tributárias individuais, sendo 2 realizadas pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional (PRFN) da 1ª Região, 1 pela PRFN da 2ª Região, 3 pela PRFN da 3ª Região e 3 pela PRFN da 5ª Região.

¹ Os processos de execução fiscal representam 39% do total de casos pendentes e 70% das execuções pendentes no Poder Judiciário, com taxa de congestionamento de 87%. Ou seja, de cada cem processos de execução fiscal que tramitaram no ano de 2019, apenas 13 foram baixados. Cf.: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/08/WEB_V2_SUMARIO_EXECUTIVO_CNJ_JN2020.pdf

² Com destaque para o art. 190 do CPC, supedâneo do NJP.

³ Portarias PGFN 502/16, 985/16, 33/18, 360/18, 515/18 e 742/18.

Número de Transações	9
1ª Região	2
2ª Região	1
3ª Região	3
4ª Região	0
5ª Região	3

Dentre os contribuintes aderentes à transação, identifica-se 2 pessoas físicas e 8 pessoas jurídicas.

Sujeito Passivo	9
Pessoa Física	1
Pessoa Física + Pessoa Jurídica	1
Pessoa Jurídica	7

Os principais setores e micro setores identificados nas transações são:

Setor	9
Óleo e Gás	1
Indústria	2
Ente Público	1
Agronegócio	1
Serviço	3
PF	1

Micro Setor	9
Óleo e Gás	1
Têxtil	1
Ente Público	1
Agronegócio	1
Serviços	2
Indústria de Plásticos	1
Plano de Saúde	1
N/A	1

O passivo fiscal transacionado até o momento é de R\$ 769.036.171,90. A este valor foram aplicados descontos de aproximadamente R\$ 329.435.451,92, totalizando um saldo a receber pela PGFN de R\$ 420.867.751,97. Dentre os termos avençados para pagamento, o número médio de parcelas acordadas é de 60,33. Ainda, o desconto médio aplicado por transação foi de 42,84%.

Passivo Fiscal Transacionado	R\$ 769.036.171,90
Descontos Aplicados	R\$ 329.435.451,92
Saldo a ser pago	R\$ 420.867.751,97

Número médio de parcelas	60,33
Desconto médio	42,84%

Dentre as garantias apresentadas pelos contribuintes e aceitas pela PGFN, identifica-se imóveis, equipamentos da sociedade devedora, recebíveis do poder público, veículos, depósitos judiciais e apólices de seguro-garantia.

Tipos de Garantias Apresentadas	
Imóveis	3
Equipamentos	1
Apólice de Seguro-garantia	1
Recebíveis de contrato com ente público	2
Depósitos judiciais e precatórios em nome do devedor	1
Veículos	1
Sem Garantia	3
Não Informado	2

Os débitos envolvidos nas transações analisadas decorrem principalmente dos seguintes tributos:

Tributos	
IRPJ /CSLL	2
IRRF	1
PIS/COFINS	2
Contribuições Previdenciárias	4
Débitos Não Previdenciários	5
Não Informado	2